

RESENHA

PÁLSSON, G. 1995. *The textual life of savants: ethnography, Iceland and the linguistic turn*. Switzerland: Harwood Academic Publishers.

Eugênio Pascele Lacerda
Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS - UFSC

A idéia de que na história da antropologia há uma permanente busca por metáforas que sintetizem seu fazer e objeto (Trajano Filho 1988); que um exercício comum na disciplina são as constantes releituras dos clássicos, muitas vezes para recuperá-los, outras para descartá-los (Peirano 1995). E finalmente, que vivemos um momento “experimental” do fazer etnográfico, decorrência metodológica da chamada “crise de representação” na antropologia (Clifford e Marcus 1986). Estas e outras questões parecem indicar o movimento intelectual de onde emerge o livro de Gísli Pálsson: sua tentativa de buscar uma metáfora pós-textualista para o entendimento antropológico (p. 8-11); a recuperação da proposta pragmática de Malinowski para interpretar o outro (p.28) e a idéia de uma antropologia encarnada no “discurso vivo” da vida social (p. 170).

Trata-se de uma coletânea de ensaios e análises escritas nos últimos cinco anos da publicação (1995) e que tem como base de pesquisa o trabalho de campo desenvolvido em 1979 e 1981 junto a comunidades pesqueiras da costa sul-oeste da Islândia, país nativo do autor. Em que pese uma certa inconsistência conceitual, decorrência natural do formato *colagem de ensaios*, mas reconhecida pelo autor no prefácio, o livro pode ser tomado como uma grande variação sobre o mesmo tema, qual seja, a proposição de que a antropologia precisa repensar seu estatuto tradicionalmente reconhecido como o de uma “arte da tradução” (Pálsson 1995:179).

O livro está organizado em três partes temáticas. A primeira discute o problema da legitimidade do texto etnográfico, centrado

na questão da tradução. A segunda parte faz uma leitura antropológica das novelas, relatos de viagem e, especialmente das sagas, gênero literário emblemático da identidade textual dos Icelanders. E, finalmente, a última parte, discute aspectos contemporâneos da vida social das comunidades pesqueiras na Islândia, centrado basicamente nos confrontos entre um saber e uma linguagem textual-normativo-elitista e o saber e linguagem práticos dos pescadores sobre a sua vida e produção econômica. A introdução e a conclusão podem ser enquadradas como capítulos adicionais ao livro haja vista seu caráter sintético e também programático, verdadeiras súmulas das idéias exploradas ao longo do livro. Vejamos de perto cada parte, finalizando com uma ênfase na importância do jogo epistemológico que se dá na produção etnográfica, aspecto que foi esquecido pelo autor dada sua ênfase no jogo textual que domina discurso antropológico.

Nesta primeira parte, especialmente o cap. 2, Pálsson questiona a utilidade da aplicação de modelos e metáforas lingüísticos para a análise dos fenômenos culturais (p.27). Segundo o autor, a antropologia americana inspirada em Boas e Sapir, a antropologia francesa, inspirada em Lévi-Strauss e a antropologia inglesa em Evans-Pritchard, reúnem seus diferentes paradigmas em torno de uma mesma metáfora de raiz que é a metáfora da tradução (*translation*) cultural (p.29). A metáfora da tradução, num certo sentido, constituiu tais escolas de pensamento, na medida em que fundou o ofício do antropólogo como aquele de um especialista que transfere (traduz) significados de um discurso a outro discurso (p.27) e, assim o faz, dentro de uma concepção elusiva de que as sociedades e as culturas estão separadas por fronteiras permanentes e naturais. O dualismo entre o moderno e o primitivo, a exotização do Outro e o esquema da divisão do planeta em três mundos, sendo que o terceiro mundo, governado pela tradição, religião e irracionalidade seria a especialidade dos antropólogos, exemplificam tal concepção de descontinuidade cultural, resultantes de uma divisão do trabalho científico forjada durante a Guerra Fria (p.33).

Entretanto, na era pós-Guerra Fria, a moderna sociedade da informação, os mundos descontínuos parecem ceder lugar a inevitável continuidade da experiência humana, independente do tempo e do espaço; o exótico aparece incrivelmente familiar e os legisladores falam em áreas da terra que pertencem a todos os humanos; na ausência de um "outro" real, até importa-se estrangeiros (p.33).

Neste cenário, a antropologia precisa repensar a sua noção de Outro, notadamente a autoridade do discurso etnográfico. A metáfora da tradução do Outro se reflete nas relações de produção etnográfica e aqui, Pálsson vai distinguir três tipos de etnografia: a colonialista ou “orientalista” onde os etnógrafos colonizam a realidade por meio de um discurso universal, assegurando a superioridade da sua sociedade em relação a sociedade nativa, tipo predominante do período colonialista (p.35); a etnografia “textualista” e também “pós-modernista”, por meio da qual os etnógrafos “submetem” eles mesmos aos seus hóspedes, através da relativização do seu mundo, idealizando-os e romantizando-os, tipo predominante da antropologia interpretativa que se desenvolveu no bojo da crítica imperialista durante a Guerra do Vietnã (p.36); e por fim, uma terceira abordagem etnográfica, a qual o autor se filia, que enfatiza o papel da conversação antes que o da tradução, a vida antes que o texto, a comunicação interativa antes que a dominação. Este modelo, do qual o autor reputa como o de uma nova ordem etnográfica, é descrito como o modelo de “living discourse” (p.44).

Para Pálsson, num mundo de descolonização e continuidade, de ecumenismo global, o modelo do “living discourse” é mais realista do que seus antecessores, o colonialista e textualista (p.44). Se os antropólogos são *experts* em tradução e interpretação cultural, qual o seu papel no mundo contemporâneo? Será preciso mover-se do texto para a vida, tornar-se socialmente competente, engajar-se numa abordagem social pragmática e, sobretudo superar a abordagem textualista da vida social. Nas palavras do autor: “The metaphor of the translated text involves a fetishism of culture, of transforming the use-value of everyday life into the exchange value of exotic commodities for sale on the international academic market” (p.42).

Na segunda e terceira partes, os temas se voltam para a intimidade do autor com seu objeto de estudo: a história, a sociedade e a cultura da Islândia. Num primeiro momento (cap. 3 e 4) Pálsson volta-se para o passado, para descobrir nas sagas, novelas de viagem, fabulas e crônicas, importantes documentos etnográficos, “a rich reservoir of social information, a potencial source for the comparative understanding of Commonwealth society e history” (p.76). Este procedimento reverte uma postura acadêmica tradicional em seu País, a de tratar as sagas apenas como peças literárias,

focalizando sobre estudos interdisciplinares que envolvem o relacionamento entre fato e ficção, representação e realidade, vida e saga (p.77). O interesse de Pálsson pela literatura das sagas não se refere apenas a intentos comparativos, mas estão inseridos no problema da identidade e imagem pública dos Icelanders, que ao longo do século vinte, transformaram sua língua e herança literária, os principais fatores de fetichização de sua cultura, um verdadeiro processo de invenção cultural (p.15). Outro interesse refere-se ao poder mágico das palavras, no contexto medieval da feitiçaria (cap. 5), em que o autor detecta, nos diálogos acusatórios expressos nas sagas, uma teoria popular dos atos de fala (*speech act*), sugerindo que a antropologia deveria superar uma abordagem da feitiçaria baseada em etimologias e na distribuição sociológica das acusações para situa-las na dinâmica das relações entre acusador e acusado(p.109).

No segundo momento (caps. 6 e 7), Pálsson volta-se para questões contemporâneas, ligadas a relação entre língua e sociedade e a textualização da fala e da cultura em seu País (cap. 6) e a questão da reificação do discurso textualista no contexto ambiental, do conhecimento prático dos pescadores ligado ao manejo dos recursos marítimos (cap. 7).

No discurso social dos Icelanders, a língua tomou a forma de um fetiche, a exemplo do fetiche das mercadorias na visão marxista (p.123-4). Embora na visão popular Icelander, a língua não tenha uma mesma representação(v. p.136), predomina a visão oficial e acadêmica, que estabelece uma abordagem estática, homogênea, purista e autoritária da língua. O discurso ocidental sobre a língua tende a encara-la como entidade objetiva, externa e autônoma. A distinção saussureana entre *langue* e *parole* e a teoria chomskyana da língua como órgão mental, acabaram por gerar o que Pálsson chama "o fetichismo lingüístico" (a reificação dos signos e dos sons), em que os modos de fala e o falante são reduzidos a obediência a regras cognitivas abstratas, independente do contexto social. Valorizando as descobertas de Dell Hymes, Bauman e outros pioneiros da etnografia da fala, Pálsson vai enfatizar a idéia que a competência comunicativa necessariamente envolve a habilidade para produzir elocuições culturalmente aceitáveis dentro da comunidade de fala (p.125). No entanto, observa que a preocupação dos sociolinguistas em estabelecer correlações entre variáveis lingüísticas e sociológicas, deve ir além do exercício normativo-

textualista para se dirigir aos fatores sociais “extralinguísticos” da língua, em que a competência do falante está ligada não somente as regras da gramática mas a um conhecimento intuitivo do seu contexto social (p.139-40). Aqui, o autor vai se aliar a idéias de Bakhtin, Malinowski, Wittgenstein e Volosinov, que na contracorrente do discurso objetivista e autônomo do fenômeno lingüístico, acentuam a percepção da língua e do falante como constitutivos das interações sociais que se dão na comunidade de fala, a língua como um modo de ação, um jogo ou uma corrente de expressões (p.141).

A abordagem textualista do discurso ocidental sobre o outro é examinada no Cap. 7 na forma de como se deu a imposição de um discurso científico ambientalista sobre as comunidades de pescadores. Pálsson mostra o fracasso do projeto dos biólogos que implantaram o sistema de cotas na distribuição do pescado gerando mais desigualdade social, excluindo o potencial de conhecimento prático dos pescadores sobre o movimento e a quantidade dos stocks disponíveis. Propõe abandonar a distinção ocidental entre natureza e sociedade, entre ciência e conhecimento prático e sugere uma nova abordagem entre ecologia e teoria social, onde não há distinção entre *habitus* e *habitat*, em que a unidade de análise não é o *expert* autônomo, mas a pessoa total em ação (p.163-4).

Nesta última parte, o autor acaba concretizando as idéias que vinha desenvolvendo nos capítulos anteriores, através da utilização de dados etnográficos palpáveis. É aqui onde podemos verificar que, apesar de toda crítica ao discurso etnográfico, o velho jogo entre dados e teorias continua funcionando na produção etnográfica, mostrando ser a etnografia, o principal instrumento de avaliação da nossa disciplina, assim como seu principal produto para a permanente renovação do conhecimento antropológico, quaisquer que sejam os prefixos ou adjetivos que lhe possam dar. A técnica etnográfica, ou seja, a descrição de dados embebida por abordagens teóricas, é o nosso método de trabalho *par excellence*.

A importância de “The textual life of savants” está em seu interesse multidisciplinar. Ao tratar de temas locais e globais, discutindo o papel da antropologia no mundo contemporâneo e as tendências que se desenham a partir da crítica do texto etnográfico, o livro chama atenção dos cientistas sociais, historiadores e críticos literários. O segundo aspecto importante do livro é a discussão das ideologias e práticas textuais prevalentes na antropologia tendo

como pano de fundo a história, cultura e sociedade Iceland. Ocorre que uma boa antropologia se faz a partir de uma paisagem etnográfica concreta e, neste sentido, o autor não deixa de aparecer como o "tradutor" da sua sociedade. Se por um lado, Pálsson critica a metáfora da tradução, a tendência a textualizar a vida humana ("the linguistic turn") (p.5), de outro faz uso dela permanentemente ao converter seus dados em *insights* teóricos. Sempre haverá tradução na relação entre dados e teorias, esta de caráter epistemológico, não meramente textual como quer o autor. É preciso notar que o verdadeiro diálogo em antropologia se dá entre pesquisa e análise, entre descrição e explanação, não entre indivíduos empíricos. O que Pálsson não parece perceber é que este diálogo se dá na produção etnográfica e não na intersubjetividade dos portadores de discurso.

Referências Bibliográficas

- MARCUS, G. & CLIFFORD, J. 1986. *Writing culture*. Berkeley: University of California Press.
- PÁLSSON, G. 1995. *The textual life of savants: ethnography, Iceland and the linguistic turn*. Switzerland: Harwood Academic Publishers.
- PEIRANO, M. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- TRAJANO FILHO, W. 1988. "Que barulho é esse, o dos pós-modernos?" *Anuário antropológico*/86.